

Outubro 2022

NOVIDADES (FISCAIS)



COVID-19 – Cessação da vigência de decretos-leis

Foi publicado, no Diário da República n.º 190/2022, Série I de 2022-09-30, o Decreto-Lei n.º 66-A/2022 que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/09/19001/0000200009.pdf>

ISP – atualização temporária ao gasóleo colorido e mercado

Foi publicada, no Diário da República n.º 190/2022, Série I de 2022-09-30, a Portaria n.º 249-B/2022 que procede à atualização temporária do valor da taxa unitária do ISP aplicável ao gasóleo colorido e mercado.

<https://files.dre.pt/1s/2022/09/19002/0000300003.pdf>

Revisão e fixação dos valores das taxas do ISP

Foi publicada, no Diário da República n.º 191/2022, Série I de 2022-10-03, a Portaria n.º 249-C/2022 que revê e fixa os valores das taxas do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/19101/0000200003.pdf>

Medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social

Foi publicado, no Diário da República n.º 192/2022, Série I de 2022-10-04, o Decreto-Lei n.º 67/2022 que estabelece medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social, para mitigação dos efeitos da inflação.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/19200/0000300004.pdf>

Apoio às empresas - Aumento dos preços da energia

Foi publicada, no Diário da República n.º 192/2022, Série I de 2022-10-04, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2022 que estabelece medidas de apoio às empresas em face do aumento dos preços da energia.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/19200/0000500008.pdf>

CNC – FAQ 42 (atualização) – Setor Público

A Comissão de Normalização Contabilística atualizou a FAQ 42 (Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos) para o setor público, através da inserção de um último parágrafo relativo às EPR.

https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

AT – Preços de Transferência

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou, no Portal das Finanças, um folheto informativo relativamente os acordos prévios sobre Preços de Transferência.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/APPT.pdf

CNC – FAQ 50 – Setor Público

A Comissão de Normalização Contabilística divulgou a FAQ 50 para o setor público, relativa a liquidações

e obrigações a considerar na demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores

Foi publicada, no Diário da República n.º 195/2022, Série I de 2022-10-10, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 34/2022/A que cria o apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores dos Açores.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/19500/0000800008.pdf>

Retificação do Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do OE 2022

Foi publicada, no Diário da República n.º 195/2022, Série I de 2022-10-10, a Declaração de Retificação n.º 24-A/2022 que retifica o Decreto-Lei n.º 53/2022, de 1 de agosto, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/19501/0000200003.pdf>

Alterações de Diretivas (UE) 2019/1937 e (UE) 2020/1828 (Regulamento dos Mercados Digitais).

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia L 265/1, de 2022-10-12, o Regulamento (UE) 2022/1925 do Parlamento Europeu e do Conselho de

14 de setembro de 2022 relativo à disponibilidade e equidade dos mercados no setor digital e que altera as Diretivas (UE) 2019/1937 e (UE) 2020/1828 (Regulamento dos Mercados Digitais).

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2022.265.01.00.01.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A265%3ATOC

Coefficientes de desvalorização da moeda

Foi publicada, no Diário da República n.º 203/2022, Série I de 2022-10-20, a Portaria n.º 253/2022 que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2022.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/20300/0000200003.pdf>

Sistema de Incentivos às Empresas – Internacionalização das PME

Foi publicado, no Diário da República n.º 203/2022, Série II de 2022-10-20, o Despacho n.º 12314-A/2022 que autoriza a publicação do aviso de abertura de candidaturas ao Sistema de Incentivos às Empresas na tipologia de investimento “Internacionalização das PME”, na mobilidade de Projetos Conjuntos, ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2023.

<https://files.dre.pt/2s/2022/10/203000003/0000200003.pdf>

Apoios diversos às famílias

Foi publicada, no Diário da República n.º 204/2022, Série I de 2022-10-21, a Lei n.º 19/2022 que determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, estabelece um regime transitório de atualização das pensões, estabelece um regime de resgate de planos poupança e determina a impenhorabilidade de apoios às famílias.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/20400/0000200005.pdf>

AT – Apoio extraordinário

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou, no Portal das Finanças, um folheto informativo relativamente ao apoio extraordinário a titulares de rendimentos a atribuir pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/documents/Medida_Apoio_Extraordinario_a_Familias.pdf

COVID-19 – cessação de vigência

Foi publicada, no Diário da República n.º 205/2022, Série I de 2022-10-24, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2022 que determina a cessação de vigência de resoluções do Conselho de Ministros publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/20500/0006500067.pdf>

AT – Esclarecimentos-IBAN

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou, no Portal das Finanças, um esclarecimento sobre o IBAN relativamente ao apoio extraordinário a titulares de rendimentos.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Esclarecimentos_IBAN_Apoio_extraordinario_a_titulares_de_rendimentos.aspx

AT – Portal Todos Contam – Conhecer os Impostos

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou, no Portal das Finanças, uma notícia referindo que a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) passou integrar o portal Todos Contam (do Plano Nacional de Formação Financeira), com o lançamento de conteúdos sobre impostos e fiscalidade.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Portal_Todos_Contam_Conhecer_Impostos.aspx

“Acelerador Qualifica” – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

Foi publicada, no Diário da República n.º 207/2022, Série I de 2022-10-26, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2022 que autoriza a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I. P., a realizar a despesa com a execução da medida

«Acelerador Qualifica», no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/20700/0000400005.pdf>

COVID-19 – Retificação do Decreto-Lei que cessa a vigência

Foi publicada, no Diário da República n.º 209/2022, Série I de 2022-10-28, a Declaração de Retificação n.º 28/2022 que retifica o Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, o qual determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/10/20900/0001800018.pdf>

Novo Regime de Arrendamento Rural (NRAR)

Foi publicado, no Diário da República n.º 209/2022, Série II de 2022-10-28, o Aviso n.º 20809-A/2022 que divulga o coeficiente previsto na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro.

<https://files.dre.pt/2s/2022/10/209000001/0000200002.pdf>

AT – IBAN – Apoio extraordinário aos titulares de rendimentos

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou, no Portal das Finanças, informação com o objetivo de esclarecer as dúvidas relacionadas com o pagamento

do Apoio Extraordinário pela AT, nomeadamente quanto ao IBAN a utilizar.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Documents/IBANs_Esclarecimentos_2_10_2022.pdf

Instruções Administrativas

Ofício Circulado n.º	Data	Assunto
15 922	21/10/2022	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
20 245	26/10/2022	Apoio extraordinário atribuído pela AT a titulares de rendimentos - perguntas frequentes (FAQ's)
30 250	24/10/2022	IVA - silvicultura - transmissão de madeira com ou sem transformação

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO				
19/10/2022	CIVA	6.º, n.º 7, al. a)	19850	Localização - Portagens em outros Estados-Membros
19/10/2022	CIVA	9.º	20501	Obrigações de fatura - Transmissão de imóveis - Adiantamentos
19/10/2022	CIVA	4.º	20533	Incidência - Cedência de posição contratual - Renúncia à isenção
19/10/2022	CIVA	18.º, n.º 1, al. a)	21583	Taxas - Preparado para iogurte
19/10/2022	CIVA	29.º	22048	Liquidação e Pagamento do imposto - Rappel - Notas de crédito
19/10/2022	CIVA	4.º	22601	Incidência - Success Fee
19/10/2022	CIVA	29.º	22435	Anulação ou retificação de faturas



Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO				
19/10/2022	CIVA	18.º	23353	Taxas - Contribuição sobre as embalagens de utilização única, adquiridas em refeições prontas a consumir, nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-67/22	01/09/2022	Pharol SGPS, S. A.	IRC	Reenvio prejudicial – Artigo 99.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça – Artigos 63.º e 65.º TFUE – Livre circulação de capitais – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas – Dividendos recebidos de uma sociedade estabelecida no Estado-Membro da sociedade beneficiária – Dividendos recebidos de uma sociedade estabelecida num país terceiro – Legislação nacional que visa a eliminação da dupla tributação – Diferença de tratamento – Restrição – Justificação – Eficácia dos controlos fiscais – Inexistência de obrigação convencional de fornecer informações fiscais
C-250/21	06/10/2022	O. Fundusz Inwestycyjny	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Prestação de serviços efetuada a título oneroso – Isenções – Artigo 135.º, n.º 1, alínea b) – Concessão de créditos – Contrato de subparticipação
C-293/21	06/10/2022	Vittamed technologijos	IVA	Reenvio prejudicial – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (TVA) – Diretiva 2006/112/CE – Deduções do IVA pago a montante – Bens e serviços utilizados pelo sujeito passivo para a produção de bens de investimento – Artigos 184.º a 187.º – Regularização das deduções – Obrigação de regularizar as deduções do IVA em caso de colocação deste sujeito passivo em liquidação e de retirada deste último do registo dos sujeitos passivos do IVA
C-433/21 e C-434/21	06/10/2022	Contship Italia	IRC	Reenvio prejudicial – Fiscalidade direta – Liberdade de estabelecimento – Imposto sobre o rendimento das sociedades – Regime fiscal do combate à evasão fiscal das sociedades não operacionais – Determinação do rendimento tributável com base num rendimento mínimo presumido – Exclusão do âmbito de aplicação desse regime das sociedades e entidades cotadas nos mercados regulamentados nacionais

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-713/20	13/10/2022	Raad van bestuur van de Sociale verzekeringbank (Intervalles entre des missions de travail intérimaire)	Seg. Social	Reenvio prejudicial – Segurança social dos trabalhadores migrantes – Regulamento (CE) n.º 883/2004 – Artigo 11.º, n.º 3, alíneas a) e e) – Pessoa que reside num Estado membro e que exerce uma atividade por conta de outrem noutro Estado membro – Contrato(s) de trabalho celebrado(s) com uma única agência de trabalho temporário – Missões de trabalho temporário – Intervalos – Determinação da legislação aplicável durante os intervalos entre as missões de trabalho temporário – Cessação da relação de trabalho
C-1/21	13/10/2022	Direktor na Direktsia “Obzhalvane i danachno-osiguritelna praktika”	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 273.º – Medidas destinadas a garantir a cobrança exata do IVA – Artigo 325.º, n.º 1, TFUE – Obrigação de combater as atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União Europeia – Dívidas de IVA de uma pessoa coletiva que é sujeito passivo – Regulamentação nacional que prevê a responsabilidade solidária do gerente da pessoa coletiva que não é sujeito passivo – Atos de disposição praticados de má-fé pelo gerente – Empobrecimento do património da pessoa coletiva que leva à insolvência – Não pagamento dos montantes de IVA devidos pela pessoa coletiva nos prazos previstos – Juros de mora – Proporcionalidade.
C-397/21	13/10/2022	HUMDA	IVA	Reenvio prejudicial – Harmonização das legislações fiscais – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Vendas não sujeitas a IVA – IVA indevidamente faturado e pago – Liquidação do prestador de serviços – Recusa de reembolso, pela autoridade tributária ao destinatário dos serviços, do IVA indevidamente pago – Princípios da efetividade, da neutralidade fiscal e da não discriminação.
C-295/21	20/10/2022	Allianz Benelux	Regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes	Reenvio prejudicial – Regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes – Diretiva 90/435/CEE – Artigo 4.º, n.º 1 – Isenção no âmbito de uma sociedade-mãe dos dividendos recebidos da sua sociedade afiliada – Reporte de excedentes de rendimentos definitivamente tributados para exercícios fiscais posteriores – Incorporação de uma sociedade que dispõe de excedentes de rendimentos definitivamente tributados por uma outra sociedade – Regulamentação nacional que limita a transferência desses excedentes para a sociedade incorporante

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-641/21	27/10/2022	Climate Corporation Emissions Trading	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 44.º – Lugar de conexão fiscal – Transferência de licenças de emissão de gases com efeito de estufa – Destinatário envolvido numa fraude ao IVA no âmbito de uma cadeia de operações – Sujeito passivo que conhecia ou devia conhecer a existência dessa fraude.